



Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copeltelecom.com telecom@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	4
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	5
2.1.Administração	5
2.2.Estrutura de Governança	6
2.3.Referencial Estratégico	7
2.4.Melhorias das Praticas de Gestão.....	8
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	9
3.1.Análise macroeconômica	9
3.2.Desempenho	10
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
4.1.Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10
4.2.Receita Operacional Líquida	10
4.3.Custos e Despesas Operacionais	11
4.4.EBITDA ou LAJIDA	11
4.5.Endividamento	11
4.6.Lucro Líquido	12
4.7.Valor Adicionado.....	12
4.8.Programa de Investimentos	12
5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	13
5.1.Gestão de pessoas	13
5.2.Fornecedores.....	15
5.3.Clientes.....	15
5.4.Comunidade	16
6. BALANÇO SOCIAL	18
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	21

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2015 para a Copel Telecom comprovou a importância que o consumidor vem conferindo à tecnologia. A internet passou a ser considerada item de necessidade básica dentro dos lares e em negócios de todos os portes, o que reafirma a necessidade de estarmos preparados para o futuro.

A Copel Telecom teve um salto importante no seu faturamento dos últimos anos. De 2014 para 2015, o crescimento da empresa foi de 30,8%, cerca de R\$ 81,3 milhões, valor expressivo comparado ao crescimento de 14,7%, de cerca de R\$ 33,7 milhões, conquistado de 2013 para 2014.

A carteira de clientes da Copel Telecom passou de 25,9 mil (2014) para 48,0 mil (2015), com aumento em todos os segmentos, com destaque para o setor de varejo residencial (98,0%). Se considerarmos o período 2013 a 2015, o crescimento no varejo é ainda mais significativo, pois cresceu 424,4%. É importante mencionar que o setor corporativo cresceu 19,1% no último ano, apesar da forte recessão.

O último ano também foi momento de consolidar investimentos feitos pela Copel Telecom nos últimos dois anos em infraestrutura de rede, com reforço de vendas nos mais de 50 municípios com rede GPON (*Gigabit Passive Optical Network*) no Paraná. A Copel Telecom ainda levou internet residencial para Palotina, Colorado, Paranaguá, União da Vitória e Porto União, marcando sua entrada no Estado de Santa Catarina.

O mercado está reconhecendo cada vez mais a importância de contratar conexão de qualidade com velocidade simétrica, investindo em serviços confiáveis e com alta disponibilidade, diferenciais significativos que são próprios de uma estrutura implantada totalmente em fibra óptica. O crescimento da Copel Telecom, apresentado neste relatório, reitera que estamos preparados para o futuro e temos a principal tecnologia utilizada nas cidades mais desenvolvidas do mundo.

Adir Hannouche

Presidente

Curitiba, 22 de março de 2016.

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), subsidiária integral da Copel (ou Controladora), presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e no mercado em geral. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Em 2015 passou a prestar serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para empresas do grupo Copel. Com isso o seu portfólio de produtos foi incrementado, com a prestação de serviços de data center, como forma de agregar maior valor aos clientes dos serviços de telecomunicações.

• Prêmios e certificações

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2015, destacam-se:

Prêmios / Certificações	Certificador
Anuário Telecom - Empresa Pública de Grande Porte	Fórum Editorial
Anuário Telecom - Serviços Corporativos	Fórum Editorial
Empresa Cidadã - Certificado pelas informações apresentadas em seu Relatório Social	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio

• Copel Telecom em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2015	2014	variação %
Indicadores Contábeis			
Receita operacional bruta	345.221	263.925	30,8
Deduções da receita	72.974	50.762	43,8
Receita operacional líquida	272.247	213.163	27,7
Custos e despesas operacionais	203.878	137.404	48,4
Resultado das atividades	68.369	75.759	(9,8)
EBITDA ou LAJIDA	99.879	104.036	(4,0)
Resultado financeiro	(520)	2.922	(117,8)
IRPJ/CSLL	13.205	20.097	(34,3)
Lucro líquido do exercício	54.644	58.584	(6,7)
Patrimônio líquido	496.974	417.157	19,1
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	4,0	0,8	429,0
Liquidez geral (índice)	0,9	0,8	16,4
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	36,7	48,8	(24,8)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	38,2	8,0	380,1
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	20,1	27,5	(27,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	13,1	16,6	(21,1)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Copel Telecom segue o modelo de sua Controladora e é pautado pela transparência, conformidade e responsabilidade social empresarial, de acordo com as melhores práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. São quatro os princípios que orientam a governança corporativa da Companhia: Transparência; Equidade; Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Para maiores informações, consultar o Relatório da Administração da Controladora.

2.1. Administração

• Conduta Ética

A Copel Telecom preza pela conduta ética e atuação transparente. As diretrizes e princípios orientadores e disciplinadores estão refletidas em suas políticas corporativas e em seu Código de Conduta: documento que reflete a integridade dos procedimentos da empresa nas relações com seus empregados e demais partes interessadas. O Código foi instituído com base nos valores da Controladora, nos princípios do Pacto Global e nos princípios da Governança Corporativa e serve como orientador a todas as pessoas que atuam em nome da Copel Telecom, sejam empregados, administradores ou contratados. Cada empregado da Companhia recebe uma versão impressa do Código de Conduta e declara o compromisso com as disposições nele contidas.

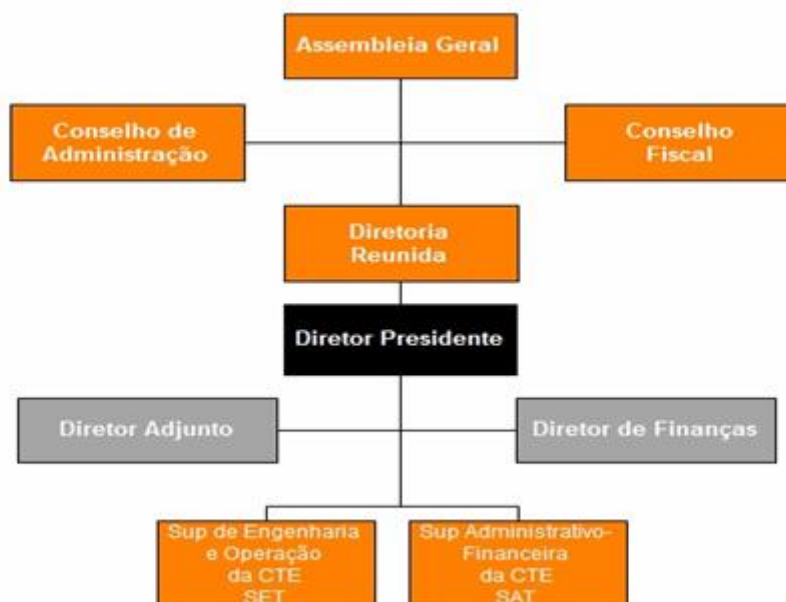
O documento também está disponível no site da Controladora para consulta de todas as partes interessadas (<http://goo.gl/SqWEhX>). Denúncias de fraudes de natureza contábil e fiscal, de assuntos relacionados à auditoria e controles internos, assédio moral e descumprimento do Código de Conduta, são tratadas por diferentes canais, tais como: Canal de comunicação confidencial, Ouvidoria, Comissão de análise de denúncias de assédio moral – Cadam, Conselho de orientação ética – COE.

Canal de comunicação confidencial

Voltado ao público interno, destina-se à comunicação de fraudes ou irregularidades que envolvam questões de finanças, auditoria ou contabilidade da Copel Telecom, bem como o descumprimento em relação às leis e normas da Companhia. O canal garante proteção e preservação da identidade do manifestante e resposta à denúncia. Disponível 24 horas por dia, sete dias da semana e com ligação gratuita. Telefone: 0800 643 5665 .

• Estrutura de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia em 31.12.2015:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta, Conselho de Orientação Ética e Comissão de Análises de Denúncia de Assédio Moral.

• O valor da sustentabilidade

A Companhia acredita que a sustentabilidade deve gerar valor e minimizar os impactos negativos potenciais de sua operação. Com esse posicionamento, atrelado à gestão dos recursos naturais, a Copel Telecom procura harmonizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades. Para promover essa conduta e compromisso, a Controladora conta com uma área de sustentabilidade empresarial na Diretoria de Relações Institucionais, que coordena as ações corporativas e seu Relatório de Sustentabilidade é aprovado pelo Conselho de Administração.

Suas ações são orientadas pela sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, que tem como princípios: Comprometimento, Atitude proativa diante da lei, Diálogo, comunicação e transparência, Respeito à dinâmica socioambiental, Responsabilidade individual e Valorização da diversidade.

• Gestão de riscos

A Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos da Controladora estabelece a composição de um Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, hierarquicamente subordinado ao Comitê de Auditoria. As diretrizes adotadas são baseadas em estruturas e padrões reconhecidos, como Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO e ISO 31000, e têm como objetivos maximizar os valores econômico, social e ambiental para as partes interessadas e assegurar a conformidade com as leis e regulamentos vigentes.

Em função da incerteza intrínseca aos riscos e à natureza do setor em que opera, o modelo de gestão de riscos adota parâmetros de apetite ao risco, considera sua possibilidade de ocorrência e seus impactos financeiros, operacionais e de imagem, e prevê ferramentas para seu tratamento e mitigação. A gestão de riscos adotada pela Companhia considera aspectos legais, regulatórios, socioambientais e reputacionais, entre outros, servindo de base para processos decisórios e atividades operacionais, levando em consideração, para tanto, os seguintes perfis de riscos: Estratégico, Operacional, Divulgação e *Compliance*.

Para os principais processos de negócio da Companhia são consideradas as atividades mais suscetíveis a fraudes e definidos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos identificados, adotando-se como referência as melhores práticas de auditoria do mercado. Além de tais procedimentos, a Companhia adota como prática a emissão de certificados de controles internos pelos gestores dos processos, que formalizam sua ciência e o compromisso de regularizar as não conformidades. Os controles são submetidos a testes pela Auditoria Interna e pelo Auditor Independente e, para os casos de não conformidades, são demandadas ações corretivas. Os resultados de tais testes são reportados à alta administração da Companhia.

Destaca-se também o desenvolvimento de diversas ações voltadas a consolidar o Programa de Integridade Corporativa da Controladora, o qual é composto por um extenso conjunto de ações que visa fortalecer os valores éticos, a transparência e a conformidade às leis e regulamentos. Entre as ações mais significativas implementadas pela Controladora destaca-se a reformulação de sua estrutura, com a criação de uma unidade denominada Coordenação de Integridade Corporativa, ligada diretamente à Presidência da Controladora e que se reporta periodicamente ao Comitê de Auditoria.

2.2. Referencial Estratégico

A Copel Telecom segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança	Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

• Diretrizes estratégicas da companhia

A estratégia da Copel Telecom orienta a condução e operação dos negócios a fim de alcançar sua Visão. Para isso, a Companhia mantém um processo estruturado de planejamento estratégico, revisado anualmente, considerando as mudanças no setor de atuação, na economia, alterações regulatórias e demandas das partes interessadas.

- Garantir a expansão do fornecimento dos serviços com alto valor agregado e disponibilidade;
- Desenvolver mercados de maior potencial de crescimento a partir da inovação e excelência dos serviços;
- Inovação, sinergia e agregação de valor aos clientes, a partir da integração de telecomunicação e tecnologia da informação;
- Gerir a cadeia de suprimentos e a relação com fornecedores, alinhando valores, qualidade e desempenho;
- Garantir a valorização e perspectiva profissional aos empregados da Copel Telecom, com o desenvolvimento das competências e motivação para alto desempenho;
- Agilizar o processo decisório e a prestação de serviço aos clientes, para aumentar a entrega de valor e o desempenho empresarial.

2.3. Melhorias das Práticas de Gestão

A Copel Telecom intensificou ações para melhoria dos seus processos gerenciais, com a mobilização de todo o seu quadro de pessoal, utilizando o modelo de excelência de gestão da Fundação Nacional da Qualidade. Em 2015, a Copel Telecom participou do Prêmio Paranaense de Qualidade da Gestão - PPrQG como forma de melhorar seus resultados,

incentivar e promover o aprendizado em preparação para o Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ. Os resultados da participação no PPrQG foram promissores, tendo conseguido mais de 90% de pontuação em 7 dos 8 critérios de avaliação. Muitas práticas de gestão foram aprimoradas nesse processo, destacando-se a prática de acompanhamento dos resultados dos processos de negócio em reuniões da Diretoria com todo o seu Staff.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

O Brasil fechou o ano de 2015 com 25,6 milhões de acessos em banda larga fixa, um crescimento de 6,7% em relação a dezembro de 2014. Desse total, somente 5,0% dos acessos representavam o uso de tecnologia de fibra óptica. Segundo dados divulgados pela Anatel, 1,6 milhões de novos acessos foram ativados no ano passado, em um ritmo 20% inferior a 2014, que apresentou 2 milhões.

Nas operadoras de telefonia, a banda larga tem sido uma saída lucrativa para esse mercado que vem perdendo receitas de voz. Tal quadro tem se apresentado por influência de fatores como a retração econômica e uma gradual mudança de hábito do usuário, que tem se limitado ao uso de apenas um chip no celular pelo surgimento de novas tecnologias que evitam o uso de serviços de voz. Assim, o número de linhas ativas de telefonia móvel no final de 2015 era de 257,79 milhões, apresentando uma queda de 13,3% em relação a dezembro de 2014. Da mesma forma, a telefonia fixa teve uma queda de 3,2% ao longo de 2015, finalizando dezembro com 43,5 milhões de linhas. Já a banda larga móvel, considerando os acessos em 3G e 4G, fechou o ano de 2015 com 191,8 milhões de acessos, um crescimento significativo de 14% em relação ao ano anterior, sendo que, como divulgado pela associação brasileira de telecomunicações, o número de acessos a dados pela tecnologia 4G, ao final de 2015, chegou a ser equivalente aos acessos de banda larga fixa, na casa dos 25,4 milhões de acessos.

Embora a internet banda larga fixa esteja presente em todo o país, ela ainda é pouco massificada. Segundo dados divulgados em 2015 pela associação brasileira de internet, 80% dos acessos à internet estão concentrados em 4% dos municípios brasileiros e esse índice vai a apenas 1% quando considerada a conexão acima de 12 Mbps. De acordo ainda com números divulgados pelo IBGE, metade da população brasileira concentra 85% das assinaturas de banda larga. A região Sul é responsável por 17,4% dos acessos nacionais, com 4,4 milhões de assinantes. No ranking nacional, Curitiba ocupa a 5ª posição com 550 mil acessos, Londrina a 24ª com 157 mil, e Maringá a 38ª com 106 mil.

A banda larga no Brasil tem crescido rapidamente nos últimos anos. Desde 2010, os acessos a banda larga fixa quase dobraram, com um aumento de 88%, enquanto a banda larga móvel apresentou resultados surpreendentes com um aumento de mais de oito vezes nos últimos

cinco anos, passando de 20,6 milhões de acessos, para os atuais 191,8 milhões. Da mesma forma, o número de domicílios brasileiros com acesso a internet que em 2010 representava 27%, hoje, segundo a secretaria de telecomunicações do ministério, representa 55%. Esta evolução demonstra o papel fundamental das telecomunicações do Brasil na inclusão social de número cada vez maior de brasileiros.

De acordo com dados da comissão de Banda Larga das Nações Unidas para o desenvolvimento, atualmente, 43,2% da população mundial conta com acesso à internet, atingindo a marca de 3,2 bilhões de pessoas conectadas. A meta da organização é que até 2020 aconteça a inclusão de 1,5 bilhão de pessoas no acesso a banda larga, alcançando mais de 60% da população mundial.

3.2. Desempenho

Em 2015, a rede óptica totalizou 28.110 km de cabos ópticos, com um crescimento de 10,5% em relação ao ano de 2014, sendo 9.868 km de cabos interurbanos e 18.242 km de cabos urbanos. Por meio dessa rede, a Copel Telecom proporcionou o atendimento em serviços de telecomunicações corporativos para 5,0 mil clientes em 399 municípios do Paraná, dois em Santa Catarina, um no Mato Grosso e quatro em São Paulo. A área de cobertura com serviços de banda larga, que abrange 51 municípios do Paraná, conta com 700 mil *home passed* (domicílios com possibilidade de cobertura) e 43,0 mil clientes, com um crescimento, respectivamente, de 15,5% e 73,7% em relação à 2014.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 2015 e 2014 totalizaram R\$ 122,7 milhões e R\$ 5,8 milhões respectivamente. A variação deve-se principalmente pelo ingresso de numerário decorrente da 1ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 160,0 milhões em novembro de 2015.

4.2. Receita Operacional Líquida

Em 2015, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 59,1 milhões, representando 27,7% de aumento em relação a 2014. Tal variação decorre principalmente do aumento do número de clientes, que passou de 27.614 para 47.987 em 2015.

4.3. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 66,5 milhões em 2015, representando um aumento de 48,4%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 25,3 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente da contabilização dos custos de pessoal da área de Tecnologia da Informação - TI, no exercício de 2015.
- 2) Acréscimo de R\$ 14,4 milhões em **Serviços de Terceiros** em virtude principalmente do maior custo com a contratação de serviços de comunicação, processamento e transmissão de dados, em decorrência do aumento do número de clientes, e consultoria e auditoria.
- 3) Acréscimo de R\$ 9,0 milhões em **Planos previdenciários e assistenciais**, devido a revisões nas premissas atuariais e,
- 4) Acréscimo de R\$ 11,6 milhões em **Outros Custos e Despesas Operacionais**, devido principalmente à revisão nos valores dos contratos de aluguéis de compartilhamento de instalações.

4.4. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ mil	2015	2014
Lucro líquido atribuído aos acionistas da empresa controladora	54.644	58.584
IRPJ e CSLL diferidos	(2.352)	(2.253)
Provisão para IRPJ e CSLL	15.557	22.350
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	520	(2.922)
Lajir/Ebit	68.369	75.759
Depreciação e Amortização	31.510	28.277
Lajida/Ebitda	99.879	104.036
Receita Operacional Líquida - ROL	272.247	213.163
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	36,7%	48,8%

4.5. Endividamento

A Companhia financia a liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados pelas operações e mediante financiamento externo, visando à ampliação e modernização dos negócios de telecomunicações. É importante ressaltar que a Companhia utiliza-se de linhas de financiamentos disponíveis no mercado, e que façam sentido na estrutura de capital da Controladora, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos.

Em 2015 houve a captação de recursos provenientes de Debêntures no valor de R\$ 160,0 milhões.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 7,1 milhões, sendo R\$ 5,9 milhões de principal e R\$ 1,2 milhões de encargos.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Empréstimos	5.641	5.641	5.641	4.701	-	-	21.624
Debêntures	-	-	-	8.019	16.038	136.323	160.380
Total	5.641	5.641	5.641	12.720	16.038	136.323	182.004

4.6. Lucro Líquido

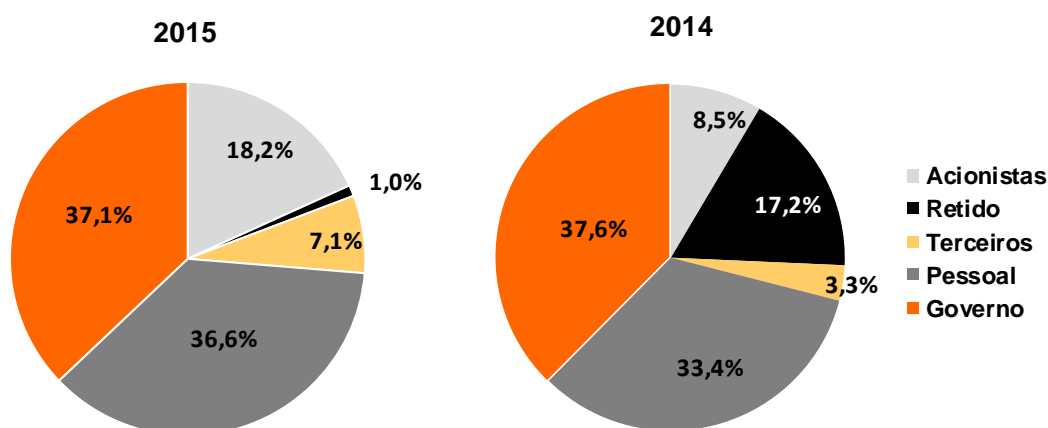
Em 2015, a Copel Telecom obteve o lucro líquido de R\$ 54,6 milhões, sendo 6,7% menor que o obtido no exercício anterior, de R\$ 58,6 milhões.

Do lucro líquido verificado no exercício de 2015, apurado de acordo com a legislação societária, a Companhia propõe para pagamento de Dividendos Anuais o montante de R\$ 51.912, da seguinte forma:

- Juros sobre o Capital Próprio em substituição aos dividendos, no valor bruto de R\$ 27.711, foram declarados e pagos antecipadamente em 20.11.2015;
- Dividendos no valor de R\$ 24.201.

4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2015, a Copel Telecom apurou R\$ 284,2 milhões de Valor Adicionado Total, 24,3% superior ao ano anterior. A demonstração na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



4.8. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2016 foi aprovado em 09.12.2015 pela 151ª reunião ordinária do CAD da Controladora, no montante de R\$ 146,0 milhões, sendo 35,5% maior que

o orçamento previsto para 2015, que foi de R\$ 107,7 milhões. Em 2015 a Companhia realizou 98,1% do orçamento previsto em investimentos.

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Gestão de pessoas

Os 621 empregados do quadro próprio da Copel Telecom estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (211 empregados), profissional técnico de nível médio (215 empregados), profissional de nível superior (195 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido 32 novos empregados em 2015, mediante concurso público. Durante o mesmo período, 8 empregados desligaram-se da Companhia. A taxa de rotatividade foi de 3,3% em 2015 e 8,9% em 2014.

• Desenvolvimento de Pessoal

Em 2015 a Copel Telecom investiu cerca de R\$ 0,9 milhões em Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal, resultando em 2.771 participações nas 329 ações de treinamento e desenvolvimento realizadas. Isto totalizou 29.744 horas de treinamento, com média de 45h de treinamento por empregado.

O Desenvolvimento de Pessoal da Copel Telecomunicações, no ano de 2015, teve uma grande novidade no processo de gestão de pessoas da Telecom, o Plano de Desenvolvimento Individual. Todos os empregados da Copel Telecom elaboraram, junto com seus gerentes imediatos, os seus planos individuais, definindo metas e indicações de competências a serem desenvolvidas. Após a elaboração dos planos individuais, os empregados tiveram a possibilidade de validar com o gerente as metas e competências indicadas, que resultaram em ações de capacitação e desenvolvimento pela área de gestão de pessoas. O Plano de Desenvolvimento Individual foi um instrumento para auxiliar os gestores no desdobramento do planejamento estratégico e dos contratos de gestão, além de contribuir com o desempenho dos profissionais e, como consequência, produtividade da empresa.

As ações de T&D foram desdobradas em programas corporativos, cursos de desenvolvimento gerencial, cursos de formação, e cursos específicos aplicados às atividades dos profissionais da Copel Telecomunicações, além do cumprimento dos cursos obrigatórios.

Para o desenvolvimento gerencial foram realizados treinamentos de curta duração, em parceria com a UniCOPEL, focados nos temas essenciais para toda a Companhia. Dentro da Copel Telecom, o programa Gerente da Gente abordou também aspectos da função gerencial da Copel, mas com enfoque em Gestão de Pessoas. Foram realizados workshops para aplicação da metodologia do Eneagrama com os líderes da Copel Telecom, complementando o programa nesta Subsidiária.

Ainda com foco no desenvolvimento de lideranças foi desenvolvido na Copel Telecom o programa Gerente da Gente, no qual foram abordados vários aspectos da função gerencial da Copel Telecom. Complementarmente foram feitos Workshops, com aplicação da metodologia de *assessment* do Eneagrama aos líderes da Copel Telecom.

Para as áreas técnicas foi desenvolvido o Programa de Formação para Profissionais das Áreas Técnicas direcionados ao negócio e abordou os seguintes temas: Produtos de Telecomunicações, Funcionamento da Internet, Fibra Óptica - Conhecimentos Gerais, Ativação em Rede Óptica Passiva, GPON Básico, Geoprocessamento para Telecomunicações, Palestra Redes Metro Ethernet, Curso de formação Básica de Rede IP.

Com relação aos treinamentos obrigatórios, as normas NR10 e NR35 foram atendidos e realizados para todos os empregados do Paraná, conforme especificidade da atividade.

Em 2015, 27 empregados da Copel Telecom fizeram parte do Programa de língua estrangeira da Copel, e, voltados para o desenvolvimento, um profissional cursa o Doutorado e uma profissional, a especialização, ambos custeados integralmente pela empresa.

No final de 2015 seis empregados da Copel Telecomunicações concluíram o MBA Executivo em Gestão Empresarial, realizado na modalidade *in company*. Este curso teve início em 2013 e foi fundamentado nos valores e nas competências organizacionais da Copel e com temas voltados à sua liderança.

• **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Copel Telecom a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, além dos valores obrigatórios previstos em Lei; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo à qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes; licença maternidade e licença paternidade estendidas, licença para acompanhamento de dependentes; complementação de auxílio doença; além de outros benefícios proporcionados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel Telecom é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

• Política salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante do lucro distribuído de forma igualitária a cada empregado. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2015 (R\$ 1.590,91) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 788,00) era de duas vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Avaliação de desempenho

O Nossa Energia é o Programa de Gestão de Desempenho da Copel Telecom e de toda Companhia, composto por dois eixos: Competências Organizacionais e Resultados. Esse programa subsidia a aplicação de diferentes tratativas em relação à carreira e remuneração e ao desenvolvimento profissional, tais como promoções funcionais, meritocracia, adequação funcional, conferências, treinamentos, bolsas para pós-graduação e línguas estrangeiras, entre outros. Iniciado em 2013, o plano passou por melhorias pontuais e assertivas proporcionadas pela experiência dos ciclos anteriores e vivência dos gerentes e empregados nas práticas de Gestão de Desempenho na Copel. A intenção é que, a cada ciclo, ele traga aprendizados e aprimoramentos para proporcionar maior aderência à cultura e realidade da Companhia.

5.2. Fornecedores

A Copel Telecom tem como critérios principais para a seleção de fornecedores o atendimento à legislação trabalhista, fiscal e ambiental. Esses critérios estão definidos nos editais de licitação, cláusulas contratuais, manuais de cadastramento de Fornecedores e normas e manuais técnicos permanentemente disponíveis aos interessados no endereço:

www.copel.com/hpcopel/fornecedores

Não há política ou prática que dê preferência para contratação de fornecedores locais, tendo em vista a necessidade de observação e cumprimento da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 15.608/2007 do Paraná.

5.3. Clientes

O relacionamento da Copel Telecom com seus clientes - residenciais, corporativos, clientes estratégicos, operadoras e órgãos públicos, é pautado na confiança.

A Copel Telecom, comprometida com a excelência da gestão, busca conhecer a percepção dos

clientes e do mercado, realizando pesquisa de satisfação.

Em 2015, de forma a alinhar-se aos indicadores de qualidade determinados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que é o Órgão Regulador, utilizou-se do questionário adotado pela mesma, para identificar a opinião dos clientes e permitir comparabilidade com outras empresas do setor, em busca da melhoria contínua da gestão empresarial.

O percentual de satisfação dos clientes em relação à qualidade dos serviços prestados é:

Residenciais	Corporativos	Clientes Estratégicos	Órgãos Públicos	Operadoras
80,9%	81,1%	89,5%	97,4%	43,7%

As necessidades e expectativas dos clientes obtidas na pesquisa são analisadas e implantadas para a melhoria contínua dos processos.

• Canais de contato

A Copel Telecom possui diversos canais de atendimento para o público em geral, e registra os contatos recebidos em todos eles, a fim de manter o foco nas necessidades dos clientes e melhorar seus processos para atendê-los com mais qualidade. Os principais canais de atendimento são:

- **Central de Atendimento** - 0800 41 41 81, serviços relacionados à internet e redes de comunicação - com ligação gratuita, 24 horas por dia, sete dias por semana.
- E-mail: telecom@copel.com
- Acesso à área do cliente para informações referentes a contratação e solicitações: <http://www.copeltelecom.com/hptelecom/connect-se.jsp>
- **Redes sociais** - Facebook, <https://www.facebook.com/copeltelecom/>

Institucional

- +55 (41) 3331-4141 e 3310-5050 - assuntos corporativos relacionados à Copel
- Formulário on-line: <http://goo.gl/qdukIP>
- **Ouvidoria da Copel Telecomunicações (OVT)** - 0800-649-3949 : solicitações de informações, sugestões, reclamações, denúncias e questionamentos.

5.4. Comunidade

Nos projetos de investimentos da Companhia ocorrem impactos econômicos positivos e negativos. Os impactos socioeconômicos se apresentam em diferentes magnitudes e de acordo com a característica de cada projeto e de cada lugar e a Companhia age em consonância com suas políticas de meio ambiente e respeito aos direitos humanos universais.

Para tanto estabeleceu uma Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial que visa conduzir as decisões e ações, buscando sustentabilidade interna, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios.

- **Seminário Copel de Sustentabilidade**

Em 2015, a Controladora promoveu a sexta edição do Seminário Copel de Sustentabilidade. Por meio de palestras, workshops e uma feira, a Controladora deu visibilidade às boas práticas de sustentabilidade nas empresas, indústrias, universidades e órgãos do poder público. O evento teve como tema “A Empresa e seu Papel para um Mundo Sustentável”, com foco em mudanças climáticas, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e ética.

- **Incentivos Fiscais**

A Copel Telecom, através de renúncia fiscal, apoia diversos projetos de incentivo à cultura (Lei Rouanet), ao esporte (Lei de Incentivo ao Esporte) ou a projetos sociais atinentes ao estatuto da criança e do adolescente (Fundo da Infância e do Adolescente - FIA), ao estatuto do idoso (Fundo do Idoso) ou a projetos voltados ao desenvolvimento da saúde (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS).

- **Voluntariado Corporativo - EletriCidadania**

O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2015, participaram do programa 7 empregados, realizando um total de 100 horas de voluntariado.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2015		2014	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 16	Receita Líquida - RL	272.247		213.163	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
NE 17.1	Remuneração dos administradores	1.483	0,5	1.382	0,6
	Remuneração dos empregados	65.739	24,1	49.479	23,2
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	8.072	3,0	5.767	2,7
	Encargos sociais compulsórios	19.584	7,2	15.898	7,5
	Plano previdenciário	5.549	2,0	4.169	2,0
	Saúde (Plano assistencial)	13.451	4,9	6.246	2,9
	Capacitação e desenvolvimento profissional	450	0,2	471	0,2
NE 17.1	Participação nos lucros e/ou resultados	5.436	2,0	6.258	2,9
NE 17.1	Indenizações Trabalhistas	259	0,1	301	0,1
(1)	Outros benefícios	656	0,2	640	0,3
	Total	120.679	44,3	90.611	42,5
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Cultura	748	0,3	470	0,2
	Esporte	110	0,0	95	0,0
	Outros	233	0,1	192	0,1
	Total das contribuições para a sociedade	1.202	0,4	853	0,4
	Tributos (excluídos encargos sociais)	90.648	33,3	73.436	34,5
	Total	91.850	33,7	74.289	34,9

NE - Nota Explicativa

				2015	2014		
4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período				621	601		
Admissões durante o período				32	67		
Escolaridade dos empregados(as):				Total	Homens	Mulheres	Total
Total Superior e extensão universitária				395	296	99	356
Total 2º Grau				220	199	21	240
Total 1º Grau				6	5	1	5
Faixa etária dos empregados(as):							
De 18 até 30 anos (exclusive)				61	78		
De 30 até 45 anos (exclusive)				295	278		
De 45 até 60 anos (exclusive)				259	242		
60 anos ou mais				6	3		
Mulheres que trabalham na empresa				121	123		
% Mulheres em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de mulheres				10,7	9,8		
em relação ao nº total de gerentes				20,3	24,0		
Negros(as) que trabalham na empresa				53	51		
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de negros(as)				5,7	-		
em relação ao nº total de gerentes				4,7	-		
Portadores(as) de necessidades especiais				9	10		
Dependentes				1.016	1.034		
(2)	Terceirizados			42	39		
(3)	Aprendiz (es)			4	-		
(3)	Estagiários(as)			32	21		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício				142	132		
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício				20	16		
5 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				14	12		
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)				-	2		

NE - Nota Explicativa

	2015	Metas 2016
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará
6- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2015	2014
Valor adicionado total a distribuir	284.212	228.709
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	7,1%	3,6%
Pessoal	36,6%	33,3%
Governo	37,1%	37,5%
Acionistas	18,2%	8,5%
Retido	1,0%	17,1%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(3) Não compõem o quadro de empregados.

7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JONEL NAZARENO IURK
Secretário Executivo ADIR HANNOUCHE
Membro VAGO

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
NELSON LEAL JUNIOR
Membros Suplentes OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente ADIR HANNOUCHE
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Adjunto MAURICIO DAYAN ARBETMAN

CONTADOR

Contador - CRC-PR-050637/O EVANDRO JORGE DOMINSKI



Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copeltelecom.com telecom@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158- Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Tributos	17
7 Depósitos judiciais	19
8 Imobilizado	20
9 Intangível	21
10 Obrigações sociais e trabalhistas	22
11 Empréstimos e Financiamentos	22
12 Debêntures	23
13 Benefícios Pós-Emprego	24
14 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	29
15 Patrimônio Líquido	30
16 Receita Operacional Líquida	31
17 Custos e Despesas Operacionais	32
18 Resultado Financeiro	33
19 Instrumentos Financeiros	34
20 Transações com Partes Relacionadas	39
21 Seguros	40
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	43

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.667	5.820
Clientes	5	25.486	33.295
Outros créditos		4.278	3.494
Estoques		12.784	17.684
Imposto de renda e contribuição social	6.1	10.864	667
Outros tributos a recuperar	6.3	3.768	3.464
Despesas antecipadas		51	58
		179.898	64.482
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Clientes	5	32.331	30.042
Depósitos judiciais	7	7.775	5.499
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	13.263	23.885
Outros tributos a recuperar	6.3	5.662	6.022
		59.031	65.448
Imobilizado	8	512.068	443.690
Intangível	9	18.320	15.927
		589.419	525.065
TOTAL DO ATIVO		769.317	589.547

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais
 levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	20.105	20.189
Fornecedores		11.062	19.733
Outras obrigações fiscais	6.3	3.833	6.682
Empréstimos e financiamentos	11.1	5.914	5.737
Debêntures	12	1.778	-
Dividendos a pagar		-	31.300
Benefícios pós-emprego	13.3	1.521	1.313
Outras contas a pagar		990	751
		45.203	85.705
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	20	11.900	-
Outras obrigações fiscais	6.3	4.765	3.673
Empréstimos e financiamentos	11.1	21.624	27.431
Debêntures	12	160.380	-
Benefícios pós-emprego	13.3	19.849	50.277
Provisões para litígios	14.1	8.622	5.304
		227.140	86.685
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	304.198	240.398
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	36.100
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	8.308	(16.876)
Reserva legal		14.754	12.022
Reserva de retenção de lucros		145.513	145.513
Dividendo adicional proposto	15.3	24.201	-
		496.974	417.157
TOTAL DO PASSIVO		769.317	589.547

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	272.247	213.163
Custos Operacionais	17	(141.189)	(82.987)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		131.058	130.176
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(13.199)	(9.242)
Despesas gerais e administrativas	17	(43.590)	(42.690)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(5.900)	(2.485)
		(62.689)	(54.417)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		68.369	75.759
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		5.939	4.508
Despesas financeiras		(6.459)	(1.586)
		(520)	2.922
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		67.849	78.681
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.4		
Imposto de renda e contribuição social		(15.557)	(22.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.352	2.253
		(13.205)	(20.097)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		54.644	58.584

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		54.644	58.584
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	15.2	38.158	(16.790)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	15.2	(12.974)	5.709
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		25.184	(11.081)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		79.828	47.503

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2014		240.398	-	(5.795)	9.093	109.243	-	-	352.939
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	58.584	58.584
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	-	(11.081)	-	-	-	-	(11.081)
Resultado abrangente total do exercício	15.2	-	-	(11.081)	-	-	-	58.584	47.503
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	36.100	-	-	-	-	-	36.100
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	15.3	-	-	-	2.929	-	-	(2.929)	-
Juros sobre o capital próprio	15.3	-	-	-	-	-	-	(17.925)	(17.925)
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	(1.460)	(1.460)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	36.270	-	(36.270)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		240.398	36.100	(16.876)	12.022	145.513	-	-	417.157
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	54.644	54.644
Outros resultados abrangentes									
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	25.184	-	-	-	-	25.184
Resultado abrangente total do período		-	-	25.184	-	-	-	54.644	79.828
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	27.700	-	-	-	-	-	27.700
Aumento de capital social		63.800	(63.800)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	15.3	-	-	-	2.732	-	-	(2.732)	-
Juros sobre o capital próprio	15.3	-	-	-	-	-	-	(27.711)	(27.711)
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	24.201	(24.201)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		304.198	-	8.308	14.754	145.513	24.201	-	496.974

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		54.644	58.584
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		3.663	921
Imposto de renda e contribuição social	6.4	15.557	22.350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2.1	(2.352)	(2.253)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	13.4	9.211	3.571
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	13.4	10.998	6.844
Depreciação e amortização	8.2	31.510	28.277
Provisões e reversões operacionais líquidas		4.729	3.036
Resultado das baixas de imobilizado	8.2	2.125	603
Resultado das baixas de intangível	9.1	602	-
		130.687	121.933
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		4.533	(24.403)
Depósitos judiciais		(2.276)	(1.210)
Outros créditos		(784)	(695)
Estoques		4.900	(7.638)
Imposto de renda e contribuição social		(10.197)	6.269
Outros tributos correntes a recuperar		473	(414)
Despesas antecipadas		7	294
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(84)	6.084
Fornecedores		(8.671)	11.613
Imposto de renda e contribuição social pagos	6.1	(15.557)	(22.350)
Outras obrigações fiscais		(5.914)	2.033
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.3	(1.202)	(1.383)
Encargos de debêntures pagos	12.2	(51)	-
Benefícios pós-emprego	13.4	(12.271)	(7.884)
Outras contas a pagar		239	(24)
Provisões para litígios	14.1	(424)	(582)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		83.408	81.643
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8.2	(100.998)	(102.929)
Aquisições de intangível	9.1	(4.427)	(4.572)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(105.425)	(107.501)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingresso de debêntures emitidas	12	160.000	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		39.600	36.100
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	11.3	(5.882)	(5.233)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(54.854)	(9.670)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		138.864	21.197
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		116.847	(4.661)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	5.820	10.481
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	122.667	5.820
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		116.847	(4.661)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2015	31.12.2014
Receitas		
Serviços de Telecomunicações e outros serviços	338.670	257.786
Receita de construção	102.296	100.741
Outras receitas	27	359
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(987)	(1.023)
	440.006	357.863
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Material, insumos e serviços de terceiros	38.650	23.082
Custo de construção	88.681	82.806
Perda / Recuperação de valores ativos	603	48
Outros insumos	8.840	5.588
	136.774	111.524
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	303.232	246.339
(-) Depreciação e amortização	31.510	28.277
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	271.722	218.062
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	5.939	4.508
Outras receitas	6.550	6.139
	12.489	10.647
	284.211	228.709

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (continuação)
em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	67.263		50.871	
Planos previdenciário e assistencial	19.000		10.416	
Auxílio alimentação e educação	7.713		5.543	
Encargos sociais - FGTS	4.779		3.545	
Indenizações trabalhistas	259		301	
Participação nos lucros e/ou resultados	5.436		6.258	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	(739)		(780)	
	103.711	36,5	76.154	33,3
Governo				
Federal	47.338		46.075	
Estadual	55.868		38.856	
Municipal	2.335		857	
	105.541	37,1	85.788	37,5
Terceiros				
Juros	6.456		1.570	
Arrendamentos e aluguéis	12.941		5.846	
Doações, subvenções e contribuições	918		767	
	20.315	7,1	8.183	3,6
Acionistas				
Remuneração do capital próprio	27.711		17.925	
Dividendos	24.201		1.460	
Lucros retidos na empresa	2.732		39.199	
	54.644	19,2	58.584	25,6
	284.211	99,9	228.709	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), tendo como ramo de atividade:

exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;

elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades; e

prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infraestrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

Contrato de autorização

A Copel Telecom, através do Ato nº 2.544 de 04.05.2012, obteve autorização da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios. Atualmente presta serviços nos Estados do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, de Mato Grosso e do Rio Grande do Norte.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22.03.2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo; e
- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, calculada por atuário contratado, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel Telecom e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.6 - Intangível.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.2 - Instrumentos Financeiros.
- NE nº 5 - Clientes (PCLD);
- NE nº 3.4. e 6.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nºs 3.5 e 8 - Imobilizado;
- NE nº 3.6 e 9 - Intangível;
- NEs nºs 3.8 e 13 - Benefícios Pós-Emprego; e
- NEs nºs 3.9 e 14 - Provisões.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2015, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.2.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.4 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.5 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.4 Tributos

3.4.1 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.4.2 Outros tributos

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil estimada. Os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.6 Intangível

Integram esse ativo os softwares, adquiridos de terceiros e os gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.7 Dividendos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.8 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.10 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

3.11 Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos conta movimento	6.235	4.319
Aplicações financeiras de liquidez imediata	116.432	1.501
	122.667	5.820

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2015	Saldo 31.12.2014
Clientes	17.174	11.560	29.274	58.008	66.380
PCLD (5.1)	-	-	(191)	(191)	(3.043)
	17.174	11.560	29.083	57.817	63.337
			Circulante	25.486	33.295
			Não circulante	32.331	30.042

5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2014	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2015
PCLD	3.254	1.023	(1.234)	3.043	987	(3.839)	191

6 Tributos

6.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	26.421	23.017
IR e CSLL a compensar com o passivo	(15.557)	(22.350)
	10.864	667
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	15.557	22.350
IR e CSLL a compensar com o ativo	(15.557)	(22.350)
	-	-

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

6.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2014	Reconhecido no resultado do exercício	Outros	Saldo em 31.12.2014	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no resultado abrangente do exercício	Saldo em 31.12.2015
Ativo não circulante							
Provisões para litígios	1.317	486	-	1.803	946	-	2.749
Planos previdenciário e assistencial	7.986	844	-	8.830	2.698	-	11.528
PCLD	1.106	(72)	-	1.034	(969)	-	65
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	2.985	-	5.709	8.694	-	(12.974)	(4.280)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos financeiros	-	-	-	-	(878)	-	(878)
INSS - liminar sobre depósito judicial	971	278	-	1.249	372	-	1.621
Provisão para perdas tributárias	-	-	-	-	180	-	180
Provisão para participação nos lucros	1.316	811	-	2.127	(279)	-	1.848
Outros	354	(111)	-	243	187	-	430
	16.035	2.236	5.709	23.980	2.257	(12.974)	13.263
(-) Passivo não circulante							
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	112	(17)	-	95	(95)	-	-
	112	(17)	-	95	(95)	-	-
Líquido	15.923	2.253	5.709	23.885	2.352	(12.974)	13.263

6.2.2. Realização dos créditos fiscais diferidos

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2026	Total
IRPJ/CSLL Diferidos	1.954	3.292	1.219	818	818	4.038	1.124	13.263

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente. Os tributos diferidos sobre as provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

6.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	3.768	3.241
PIS/Pasep e Cofins a compensar	258	236
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(258)	(13)
	3.768	3.464
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	5.594	5.954
Outros tributos a compensar	69	68
	5.663	6.022
Passivo circulante		
ICMS a recolher	1.779	3.818
PIS/Pasep e Cofins a recolher	1.458	1.486
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(258)	(13)
IRRF sobre JSCP	-	457
Outros tributos	854	934
	3.833	6.682
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	4.765	3.673
	4.765	3.673

6.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	67.849	78.681
IRPJ e CSLL (34%)	(23.069)	(26.752)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	9.422	6.095
Despesas indedutíveis	(222)	(25)
Incentivos fiscais	641	544
Outros	23	41
IRPJ e CSLL correntes	(15.557)	(22.350)
IRPJ e CSLL diferidos	2.352	2.253
Alíquota efetiva - %	19,5%	25,5%

7 Depósitos judiciais

	31.12.2015	31.12.2014
Fiscais	6.210	4.463
Trabalhistas	1.205	676
Cíveis	360	360
	7.775	5.499

8 Imobilizado

8.1 Imobilizado por classe de ativos em serviço e em curso

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2015	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2014
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	567.772	(349.416)	218.356	525.105	(326.023)	199.082
Edificações	3.490	(1.391)	2.100	1.737	(1.302)	435
Terrenos	181	-	181	181	-	181
Veículos	6.311	(5.143)	1.168	6.170	(4.464)	1.706
Móveis e utensílios	6.208	(2.733)	3.475	5.883	(2.303)	3.580
	583.962	(358.683)	225.279	539.076	(334.092)	204.984
Em curso	286.789	-	286.789	238.706	-	238.706
	870.751	(358.683)	512.068	777.782	(334.092)	443.690

8.2 Mutações do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Total
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2014	191.864	174.113	365.977
Programa de investimentos	-	102.929	102.929
Imobilizações de obras	38.196	(38.196)	-
Quotas de depreciação no resultado	(24.308)	-	(24.308)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(204)	-	(204)
Transferências para o intangível	-	(101)	(101)
Baixas	(564)	(39)	(603)
Em 31.12.2014	204.984	238.706	443.690
Programa de investimentos	-	100.998	100.998
Imobilizações de obras	48.785	(48.785)	-
Quotas de depreciação no resultado	(27.165)	-	(27.165)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(362)	-	(362)
Transferências para o intangível	-	(2.968)	(2.968)
Baixas	(963)	(1.162)	(2.125)
Em 31.12.2015	225.279	286.789	512.068

8.3 Mutações do imobilizado por classe de ativos

	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.12.2015
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	199.082	-	(26.291)	(954)	46.519	218.356
Edificações	435	-	(89)	-	1.753	2.099
Terrenos	181	-	-	-	-	181
Veículos	1.706	-	(679)	-	141	1.168
Móveis e utensílios	3.580	-	(468)	(9)	372	3.475
	204.984	-	(27.527)	(963)	48.785	225.279
Em curso	238.706	100.998	-	(1.162)	(51.753)	286.789
	443.690	100.998	(27.527)	(2.125)	(2.968)	512.068

	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.12.2014
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	188.633	-	(23.621)	(553)	34.623	199.082
Edificações	476	-	(41)	-	-	435
Terrenos	181	-	-	-	-	181
Veículos	2.095	-	(669)	-	280	1.706
Móveis e utensílios	479	-	(181)	(11)	3.293	3.580
	191.864	-	(24.512)	(564)	38.196	204.984
Em curso	174.113	102.929	-	(39)	(38.297)	238.706
	365.977	102.929	(24.512)	(603)	(101)	443.690

8.4 Taxas de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2015	31.12.2014
Administração central		
Edificações	4,00	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00	10,00
Móveis e utensílios	10,00	10,00
Veículos	20,00	20,00
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,25	6,87
Equipamentos terminais	13,30	14,60
Infraestrutura	7,44	7,18

9 Intangível

	Direito de uso de softwares			31.12.2015	Direito de uso de softwares			31.12.2014
	custo	amortização acumulada (a)	Outros		custo	amortização acumulada (a)	Outros	
Em serviço	29.329	(16.639)	-	12.690	23.371	(13.249)	-	10.122
Em curso	5.514	-	116	5.630	5.355	-	450	5.805
	34.843	(16.639)	116	18.320	28.726	(13.249)	450	15.927

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

9.1 Muta o do intangível

Saldos	em serviço	em curso	total
Em 1�.01.2014	13.106	2.117	15.223
Aquisi�es	-	4.572	4.572
Transferências do imobilizado	-	101	101
Capitaliza�es para intangível em serviço	985	(985)	-
Quotas de amortiza�o no resultado	(3.969)	-	(3.969)
Em 31.12.2014	10.122	5.805	15.927
Aquisi�es	-	4.427	4.427
Transferências do imobilizado	-	2.968	2.968
Capitaliza�es para intangível em serviço	7.473	(7.473)	-
Quotas de amortiza�o no resultado	(4.345)	-	(4.345)
Quotas de amortiza�o - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(54)	-	(54)
Baixas	(505)	(97)	(602)
Em 31.12.2015	12.691	5.630	18.321

10 Obriga es sociais e trabalhistas

	31.12.2015	31.12.2014
Obriga�es Sociais		
Impostos e contribui�es sociais	3.567	3.195
Encargos sociais sobre férias e 13� salário	2.609	2.635
	6.176	5.830
Obriga�es trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	87	100
Férias	8.405	7.506
Participa�o nos lucros e/ou resultados	5.436	6.750
Outros	1	3
	13.929	14.359
	20.105	20.189

11 Empréstimos e Financiamentos

11.1 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	N� de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2015	31.12.2014
21120105-00	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	15.132	18.344
21120105-00	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	12.406	14.824
						27.538	33.168
					Circulante	5.914	5.737
					Não circulante	21.624	27.431

Destina o:

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (Ultra Wide Band - UWB).

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecada o.

11.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	2017	2018	2019	2020	Total
Valor das parcelas	5.641	5.641	5.641	4.701	21.624

11.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2014	5.241	33.622	38.863
Encargos	1.429	-	1.429
Varição monetária e cambial	23	(531)	(508)
Transferências	5.660	(5.660)	-
Amortização - principal	(5.233)	-	(5.233)
Pagamento - encargos	(1.383)	-	(1.383)
Em 31.12.2014	5.737	27.431	33.168
Encargos	1.183	-	1.183
Varição monetária e cambial	94	177	271
Transferências	5.984	(5.984)	-
Amortização - principal	(5.882)	-	(5.882)
Pagamento - encargos	(1.202)	-	(1.202)
Em 31.12.2015	5.914	21.624	27.538

11.4 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia contratou empréstimos com condições restritivas cujo descumprimento poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas, com destaque para não alteração do seu controle efetivo direto ou indireto. Em 31.12.2015, todas as condições foram plenamente atendidas.

12 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2015	31.12.2014
			inicial	final				
1ª	10.11.2015	5	15.10.2020	15.10.2024	IPCA + juros 7,9633% a.a.	160.000	162.158	-
Circulante							1.778	-
Não circulante							160.380	-

Características:

O valor unitário das debêntures não é atualizado monetariamente.

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10.

Encargos financeiros:

Juros a serem pagos semestralmente em abril e outubro

Destinação:

Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações

Garantias:

Fidejussória

Interveniente garantidora:

Copel

Agente fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

12.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

	2020	2021	Após 2021	Total
Valor das parcelas	8.019	16.038	136.323	160.380

12.2 Muta o das debêntures

	circulante	não circulante	Total
Em 1�.01.2014	-	-	-
Ingressos	-	-	-
Encargos	-	-	-
Pagamento - encargos	-	-	-
Em 31.12.2014	-	-	-
Ingressos	-	160.000	160.000
Encargos	1.829	380	2.209
Pagamento - encargos	(51)	-	(51)
Em 31.12.2015	1.778	160.380	162.158

12.3 Cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

A Copel Telecom emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manuten o de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condi oes a serem observadas, tais como: não alterar a participa o acionária da Companhia no capital social, que represente altera o de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autoriza o dos debenturistas, distribui o de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obriga oes pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condi oes poderá implicar vencimento antecipado das debêntures. Em 31.12.2015, todas as condi oes foram plenamente atendidas.

13 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementa o de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

13.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado   um plano de Benefício Definido - BD em que a renda   pré-determinada em fun o do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III   um plano de Contribui o Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avalia o atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1 .01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada   norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econ micas e financeiras para efeitos da avalia o atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administra o da patrocinadora.

13.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

13.3 Plano previdenciário e assistencial

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Plano previdenciário	54	50
Plano assistencial	21.316	51.540
	21.370	51.590
	Circulante	1.521
	Não circulante	19.849
		1.313
		50.277

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Plano previdenciário (CV)	5.431	4.060
Plano previdenciário (CV) - administradores	118	110
Plano assistencial - pós-emprego	9.211	3.571
Plano assistencial - funcionários ativos	4.232	2.668
Plano assistencial - administradores	8	6
(-) Transferências para imobilizado em curso	(1.484)	(1.908)
	17.516	8.507

13.4 Mutações dos benefícios pós-emprego

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2014	1.047	31.222	32.269
Apropriação do cálculo atuarial	-	3.571	3.571
Contribuições previdenciárias e assistenciais	6.844	-	6.844
Ajuste referente a perdas atuariais	-	16.790	16.790
Transferências	1.306	(1.306)	-
Amortizações	(7.884)	-	(7.884)
Em 31.12.2014	1.313	50.277	51.590
Apropriação do cálculo atuarial	-	9.211	9.211
Contribuições previdenciárias e assistenciais	10.998	-	10.998
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(38.158)	(38.158)
Transferências	1.480	(1.480)	-
Amortizações	(12.271)	-	(12.271)
Em 31.12.2015	1.520	19.850	21.370

13.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

13.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2015 e 2014, estão demonstradas a seguir:

	2015		2014	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	6,80%	-	6,40%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	7,28%	14,58%	6,12%	12,91%
Planos de benefício assistencial	7,26%	14,55%	6,16%	12,95%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,94%	2,00%	8,53%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS		A. VINDAS

13.5.2. Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano BD	Plano CV
Em 31.12.2015		
Participantes aposentados	15,62	25,68
Participantes pensionistas	16,64	28,65
Em 31.12.2014		
Participantes aposentados	16,75	24,67
Participantes pensionistas	17,17	32,62

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 58,3 anos.

13.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2015 totalizaram um superávit do plano de R\$ 15.756, enquanto que, em 31.12.2014, a posição era de R\$ 4.221, resumidas abaixo:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações total ou parcialmente cobertas	122.709	27.197	149.906	161.124
Valor justo dos ativos do plano	(138.465)	(5.881)	(144.346)	(113.805)
Estado de cobertura do plano	(15.756)	21.316	5.560	47.319
Ativo não reconhecido	15.756	-	15.756	4.221
	-	21.316	21.316	51.540

A Companhia procedeu ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2015, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 38.158, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

13.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2014	77.019	36.892
Custo de serviço	26	532
Custo dos juros	7.945	3.809
Benefícios pagos	(5.041)	(732)
Perdas atuariais	20.993	19.681
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2014	100.942	60.182
Custo de serviço	155	2.735
Custo dos juros	12.444	7.589
Benefícios pagos	(4.543)	(1.292)
(Ganhos) / perdas atuariais	13.711	(42.017)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2015	122.709	27.197

13.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2014	84.094	4.623
Retorno esperado dos ativos	10.330	595
Contribuições e aportes	630	-
Benefícios pagos	(5.041)	-
Ganhos atuariais	15.150	3.424
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2014	105.163	8.642
Retorno esperado dos ativos	13.384	1.110
Contribuições e aportes	642	-
Benefícios pagos	(4.543)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	23.819	(3.871)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2015	138.465	5.881

13.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2016 para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total 2016
Custo do serviço corrente	152	6.190	6.342
Custo estimado dos juros	17.997	3.919	21.916
Rendimento esperado do ativo do plano	(19.523)	(1.371)	(20.894)
Contribuições estimadas dos empregados	(65)		(65)
Custos (receitas)	(1.439)	8.738	7.299

13.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	7,28%	-6,86%	7,86%
Impactos em milhares de reais - R\$		(8.416)	9.650
Impactos nas obrigações do programa de saúde			
Impactos em milhares de reais - R\$	7,26%	-18,83%	25,07%
		(5.122)	6.819
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	5,69%	-5,40%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		2.266	(2.814)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	0,24%
Impactos em milhares de reais - R\$		(222)	297
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-4,97%	3,76%
Impactos em milhares de reais - R\$		(1.353)	1.022

13.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2016	10.038	828	10.867
2017	11.703	822	12.525
2018	11.956	814	12.770
2019	12.363	847	13.210
2020	11.970	953	12.923
2021 a 2055	180.338	28.619	208.957

13.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2015 e a alocação-meta para 2016, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2016	2015
Renda fixa	87,6%	88,6%
Renda variável	4,2%	3,7%
Empréstimos	1,6%	1,6%
Imóveis	1,9%	1,9%
Investimentos estruturados	4,7%	4,2%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado (BD)		Plano III (CV)	
	meta (%) ^(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,7%	87,0%	80,0%	60,0%
Renda variável	1,8%	1,0%	8,5%	7,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,0%	1,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	7,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

14 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores legais, as ações cujas perdas são consideradas prováveis, foram constituídas provisões, e para as ações cujas as perdas são consideradas como possíveis não há provisão constituída (passivo contingente).

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

14.1 Provisões para litígios

14.1.1 Mutações das provisões e principais ações

	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2015
Fiscais	-	531	-	-	531
Trabalhistas (a)	3.974	3.306	-	(424)	6.856
Benefícios a empregados (b)	1.025	47	(209)	-	863
Cíveis	305	76	(9)	-	372
	5.304	3.960	(218)	(424)	8.622

	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2014
Fiscais	-	244	(244)	-	-
Trabalhistas	2.695	1.624	(78)	(267)	3.974
Benefícios a empregados	917	423	-	(315)	1.025
Cíveis e direito administrativo	261	44	-	-	305
	3.873	2.335	(322)	(582)	5.304

Informações sobre as principais ações

a) Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

b) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

14.2 Passivo contingente

	31.12.2015	31.12.2014
Fiscais	23.284	18.766
Trabalhistas	16.974	15.402
Benefícios a empregados	1.672	1.893
Cíveis	580	287
	42.510	36.348

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2015 monta a R\$ 304.198 (R\$ 240.398, em 31.12.2014) e é composto por 304.196.899 ações (sem valor nominal), todas ordinárias e pertencentes à Copel.

15.2 Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2014	(5.795)
Ajustes referentes a passivos atuariais:	
Benefícios pós-emprego	(16.790)
Tributos sobre os ajustes	5.709
Em 31.12.2014	(16.876)
Ajustes referentes a passivos atuariais:	
Benefícios pós-emprego	38.158
Tributos sobre os ajustes	(12.974)
Em 31.12.2015	8.308

15.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2015	31.12.2014
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%)		
Lucro líquido do exercício	54.644	58.584
Reserva legal (5%)	(2.732)	(2.929)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	51.912	55.655
Dividendo mínimo obrigatório - (1)	15.574	16.697
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	51.912	
Juros sobre capital próprio, brutos - (3)	27.711	17.925
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(4.157)	(2.688)
Juros sobre capital próprio, líquidos - (4)	23.554	15.237
Dividendos propostos - (5)	24.201	(1.460)
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	47.755	-
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	32.181	-
Pagamento antecipado referendado pelo CAD (8)	23.554	-
Pagamento antecipado superior ao dividendo mínimo obrigatório - (9) (8-1)	7.980	-
Dividendo adicional proposto ajustado - (10) (7-9)	24.201	-

16 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2015
Serviços de Telecomunicações (SCM)	294.885	(10.763)	(55.038)	-	229.084
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	32.412	(2.998)	-	(1.620)	27.794
Aluguéis	6.551	(606)	-	-	5.945
Outros serviços	11.373	(1.418)	-	(531)	9.424
	345.221	(15.785)	(55.038)	(2.151)	272.247

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2014
Serviços de Telecomunicações (SCM)	234.559	(8.561)	(38.615)	-	187.383
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	11.800	(1.092)	-	(590)	10.118
Aluguéis	6.139	(568)	-	-	5.571
Outros serviços	11.427	(1.089)	-	(247)	10.091
	263.925	(11.310)	(38.615)	(837)	213.163

17 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2015
Pessoal e administradores (17.1)	(58.579)	(9.656)	(19.158)	-	(87.393)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(12.139)	(1.872)	(3.505)	-	(17.516)
Material	(1.911)	(21)	(813)	-	(2.745)
Serviços de terceiros (17.2)	(26.451)	(702)	(8.747)	-	(35.900)
Depreciação e amortização	(30.617)	(30)	(863)	-	(31.510)
Provisões e reversões (17.3)	-	(987)	-	(3.742)	(4.729)
Outros custos e despesas operacionais (17.4)	(11.492)	69	(10.504)	(2.158)	(24.085)
	(141.189)	(13.199)	(43.590)	(5.900)	(203.878)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	31.12.2014
Pessoal e administradores (17.1)	(31.620)	(7.379)	(23.070)	-	(62.069)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(4.723)	(1.020)	(2.764)	-	(8.507)
Material	(1.108)	(5)	(438)	-	(1.551)
Serviços de terceiros (17.2)	(16.097)	(133)	(5.300)	-	(21.530)
Depreciação e amortização	(24.283)	(20)	(3.974)	-	(28.277)
Provisões e reversões (17.3)	-	(1.023)	-	(2.013)	(3.036)
Outros custos e despesas operacionais (17.4)	(5.156)	338	(7.144)	(472)	(12.434)
	(82.987)	(9.242)	(42.690)	(2.485)	(137.404)

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal		
Remunerações	57.053	38.004
Encargos sociais	16.118	11.528
Auxílio alimentação e educação	6.654	4.214
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	5.436	6.258
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	216	301
	85.477	60.305
Administradores		
Honorários	1.465	1.365
Encargos sociais	433	382
Outros gastos	18	17
	1.916	1.764
	87.393	62.069

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

17.2 Serviços de terceiros

	31.12.2015	31.12.2014
Comunicação, processamento e transmissão de dados	24.931	16.342
Manutenção de instalações	3.165	2.428
Consultoria e auditoria	2.672	109
Outros serviços	5.132	2.651
	35.900	21.530

17.3 Provisões e reversões

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para litígios (NE nº 14.1)	3.742	2.013
PCLD (Clientes e Outros créditos)	987	1.023
	4.729	3.036

17.4 Outros custos e despesas operacionais

	31.12.2015	31.12.2014
Arrendamentos e aluguéis - compartilhamento instalações e outros	8.365	1.769
Arrendamentos e aluguéis - imóveis	4.576	4.047
Tributos	4.580	2.594
Propaganda e publicidade	3.357	2.728
Outros custos e despesas, líquidos	3.206	1.296
	24.084	12.434

Não foram identificados compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

18 Resultado Financeiro

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	2.816	2.461
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	3.040	646
Outras receitas financeiras	83	1.401
	5.939	4.508
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	3.211	1.429
Outras variações monetárias e cambiais	3.012	123
Outras despesas financeiras	236	34
	6.459	1.586
Líquido	(520)	2.922

19 Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2015		31.12.2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	122.667	122.667	5.820	5.820
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	5		57.817	57.817	63.337	63.337
Total dos ativos financeiros			180.484	180.484	69.157	69.157
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			11.062	11.062	19.733	19.733
Empréstimos e financiamentos (b)	11		27.538	21.613	33.168	26.761
Debêntures (c)	12		162.158	162.158	-	-
Benefícios pós-emprego (d)	13		21.370	21.370	51.590	51.590
Total dos passivos financeiros			222.128	216.203	104.491	98.084

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2015, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar de R\$ 2.351.
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.8.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio. Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

a) Caixa e equivalentes de Caixa (NE nº 4)

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política de aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes (NE nº 5)

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Telecom. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

19.2.2 Risco de liquidez

O Risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra os valores, não descontados, esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2017, repetem-se os indicadores de 2016 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	575	1.146	5.077	23.456	-	30.254
Debêntures	NE nº 12	-	-	24.777	90.503	205.515	320.795
Fornecedores	-	10.828	11	20	203	-	11.062
Benefícios pós-emprego	8,94%	906	1.811	8.150	51.427	208.957	271.251
		12.309	2.968	38.024	165.589	414.472	633.362
31.12.2014							
Empréstimos e financiamentos	-	658	1.182	5.238	25.772	4.426	37.276
Fornecedores	-	19.095	432	83	123	-	19.733
Benefícios pós-emprego	8,53%	909	1.817	8.178	45.491	252.838	309.233
		20.662	3.431	13.499	71.386	257.264	366.242

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 11.4 e 12.3, a Companhia tem empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2015 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

- Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados: projeção de taxa CDI/Selic de 15,77% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 1º.01.2017 divulgada pela Bovespa em 30.12.2015;
- Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Ativos financeiros setoriais, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão e Passivos financeiros: CDI/Selic – 14,26%, IPCA – 7,36%, IGP-DI – 6,66%, IGP-M – 6,85% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 05.02.2016.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2015	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	116.432	18.440	13.832	9.224
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Finep	Alta TJLP	(27.538)	(2.065)	(2.582)	(3.098)
Debêntures	Alta CDI	(162.158)	(23.124)	(28.905)	(34.686)
		(189.696)	(25.189)	(31.487)	(37.784)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	27.538	33.168
Debêntures	162.158	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	122.667	5.820
Dívida líquida	67.029	27.348
Patrimônio líquido	496.974	417.157
Endividamento do patrimônio líquido	0,13	0,07

20 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Controlador						
Estado do Paraná						
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	42.634	39.489	-	-	29.456	27.779
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Serviços de telecomunicações (e)	417	892	-	-	3.318	892
Dividendos/ Juros sobre o Capital Próprio (15.3)	-	-	51.912	29.840	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac	-	-	11.900	-	-	-
Coligadas						
SANEPAR						
Serviços de telecomunicações	492	246	-	-	2.886	2.530
Sercomtel S/A Telecomunicações						
Serviços de telecomunicações (a)	-	213	-	-	4.895	3.607
Arrendamentos e aluguéis	-	55	-	-	185	216
Entidades sob controle comum						
Copel Geração e Transmissão S.A						
Serviços de telecomunicações(e)	1.507	2.429	-	-	11.043	7.185
Arrendamentos e aluguéis	28	87	-	-	1.120	1.037
Copel Distribuição S.A						
Serviços de telecomunicações (e)	5.934	10.655	-	-	45.640	32.905
Arrendamentos e aluguéis	-	263	-	-	3.224	3.118
Energia elétrica (b)	-	-	169	31	(421)	(216)
Aluguel de estrutura (c)	-	-	-	-	(7.629)	(1.410)
Copel Renováveis S.A						
Serviços de telecomunicações	204	68	-	-	396	68
Arrendamentos e aluguéis	5	-	-	-	9	-
Copel Participações S.A						
Serviços de telecomunicações	145	52	-	-	580	52
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	8	-
Cia Paranaense de Gás - Compagas						
Serviços de telecomunicações	-	-	-	-	132	128
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão SA						
Serviços de telecomunicações	-	-	-	-	279	272
UEGA						
Serviços de telecomunicações	-	-	-	-	77	66
Pessoal Chave da Administração						
Honorários e Encargos Sociais	-	-	-	-	(1.916)	(1.765)
Planos Previdenciários e assistencias	-	-	-	-	(126)	(117)
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos (d)	-	-	688	-	(4.963)	(3.727)
Prestação de serviços de telecomunicações	33	-	-	-	218	202
Arrendamentos e aluguéis	11	-	-	-	74	88

- a) Serviços de telecomunicações prestados conforme contrato com o Estado do Paraná.
- b) Energia elétrica consumida nas atividades operacionais, adquirida da Copel Distribuição S.A;
- c) Aluguel de Compartilhamento de postes, pagos à Copel Distribuição S.A;

- d) Contrato de aluguel firmado com a Fundação Copel, referente ao Pólo KM 3 e edifício localizado a Rua Emiliano Pernetá, 756, ambos em Curitiba - PR, respectivamente nos valores de R\$ 4.940 e R\$ 23;
- e) Serviços de telecomunicações estabelecidos entre as partes;

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	24/08/2016	14.008
Incêndio - imóveis próprios e locados	24/08/2016	57.032
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24/08/2016	apólice por averbação
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - PARANA	31/12/2016	24
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - PARANA	24/11/2018	19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Copel Telecomunicações S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Telecomunicações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e da Proposta para Aumento do Capital Social e Atualização do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 23 de março de 2016

OSNI RISTOW

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

NELSON LEAL JUNIOR